



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR**

**PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
INES**

Decreto Federal nº 5.159 de 28 de julho de 2004
Decreto Federal nº 7.690 de 2 de março de 2012

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1. INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES.....	4
2. OBJETIVOS.....	6
3. FUNDAMENTOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	7
4. ETAPAS AVALIATIVAS INSTITUCIONAIS.....	7
5. CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA.....	8
6. PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DA CPA.....	8
7. COMPETÊNCIAS DA CPA.....	9
8. DIMENSÕES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	10
9. METODOLOGIA.....	12
9.1- RELAÇÃO TIPO DE PESQUISA<>AVALIAÇÃO.....	12
9.2 - INSTRUMENTOS PARA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	12
9.3 - FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	13
9.4 – COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS.....	14
10. DIVULGAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS.....	14
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
REFERÊNCIAS.....	17
ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO E CULTURAL.....	18
ANEXO 2 – AUTOAVALIAÇÃO DO CORPO DISCENTE.....	19
ANEXO 3 – AUTOAVALIAÇÃO DO CORPO DOCENTE.....	21
ANEXO 4 – AUTOAVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	23

INTRODUÇÃO

Os processos de autoavaliação representam fundamentos necessários para o crescimento institucional. Portanto, uma das primeiras ações institucionais deve estar voltada para a institucionalização do processo avaliativo. Nesse sentido, a legislação do **MEC** representa o estabelecimento de perspectivas avaliativas das quais o Instituto Nacional de Educação de Surdos – **INES** – lança mão para desenvolver seu próprio processo de autoavaliação institucional.

O fundamento da avaliação deve representar, sempre, uma profunda autorreflexão: a habilidade de refletir sobre os pensamentos e as ações em relação a um setor institucional, a um grupo da comunidade interna ou, ainda, a uma situação social. Essa avaliação, então, torna-se a base para julgamentos — pelo reconhecimento de que as “coisas” podem não ser o que parecem e que podem ser compreendidas de formas diversas, dependendo de quem avalia a situação, ou pela prática de reconhecer que as “coisas” não são como deveriam ser e, por isso, devem ser mudadas para o bem das pessoas envolvidas.

Mas, os julgamentos críticos não podem ser feitos sem que se estabeleçam as relações e os critérios, porque não se pode ficar à mercê do conhecimento ou do pensamento de uma determinada pessoa ou um determinado grupo. Requer isso o estabelecimento de uma relação de autorreflexão, na qual uma pessoa percebe uma outra, um grupo vê um outro, em relação ao objeto de atenção dessa pessoa ou desse grupo que, no caso, é o **INES**.

Considerando, então, a inquestionável relevância da avaliação, é necessário enfatizar que há muito existe uma tendência crescente em vários países de incluir, nas políticas educacionais, os processos de autoavaliação.

Apesar de as instituições poderem apresentar um mesmo fim como, por exemplo, formar profissionais graduados, seus projetos pedagógicos e suas definições dos padrões de qualidade podem divergir muito. Por isso, é necessário que haja um grupo de padrões, de forma que possam representar referências para a formação educacional. Dentre esses padrões, o **MEC** aponta em sua legislação, por exemplo, o rigor acadêmico-científico-cultural, a adequação dos processos de formação e o exercício da cidadania e da democracia.

Mesmo voltando a atenção para os padrões, o **MEC** reconhece que existem parâmetros de ordem particular; ou seja, que pertencem às peculiaridades de cada instituição, tais como a missão, os projetos pedagógicos, a dimensão institucional. Enfim, a identidade da instituição deve ser respeitada no processo de avaliação.

O significado da autoavaliação, segundo a concepção do **MEC**, é que esse tipo de avaliação tem o potencial de melhorar, cada vez mais, a qualidade da educação. Nesse contexto, quanto mais houver a participação de todas as pessoas que trabalham e estudam na instituição, maior será a probabilidade de desenvolvimento de um processo coletivo de reflexão que, exatamente por ser um processo de percepção sobre a instituição, terá o potencial de oferecer um horizonte mais amplo de conhecimento dela mesma, como também as possibilidades de transformação, quando necessárias. Exatamente nessas perspectivas estão pautadas as ações da autoavaliação institucional do **Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES**.

1. INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES

O **Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES**, criado pela Lei nº 939 de 26 de setembro de 1857 pelo Imperador D. Pedro II, teve como idealizador e primeiro diretor um professor surdo bilíngue, Edward Huet, que defendia o uso dos sinais dos surdos nas atividades educativas. Já em 1875, um aluno do Instituto, Flausino José da Gama, reproduzia em livro a iconografia dos sinais dos surdos-mudos de Pélissier (Paris: P. Dupont, 1856), sendo aquela obra pioneira – na prática, o primeiro dicionário de sinais dos surdos brasileiros – encaminhada às províncias pelo então diretor do Instituto, Tobias Leite, para auxiliar aqueles que trabalhavam com essas pessoas. Em razão de ser a única instituição de educação de surdos em território brasileiro e mesmo em países vizinhos, por muito tempo o INES recebeu alunos de todo o Brasil e do exterior, tornando-se referência para os assuntos de educação, profissionalização e socialização de surdos¹.

O Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, órgão da administração direta, específico e singular da estrutura do Ministério da Educação, Centro de Referência Nacional na Área da Surdez – com a missão de promover a inclusão social e a cidadania das pessoas surdas nas políticas educacionais do Brasil em uma perspectiva bilíngue (Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e Língua Portuguesa) e de colaborar para que tal propósito se efetive também nas políticas nacionais: de saúde; de trabalho e emprego; de assistência social; sócio-jurídicas; linguísticas; de cultura; de direitos humanos; de comunicação; de esporte e de ciência e tecnologia – é instituição federal de ensino habilitada à oferta de Educação Superior (ensino, pesquisa e extensão), e à oferta de Educação Básica, em suas

¹ http://portalines.ines.gov.br/ines_portal_novo/?page_id=1078

diferentes etapas e modalidades, tal como é possível constatar no Decreto nº 7.690 de 2 de março de 2012, entre outros documentos que legitimam sua característica *sui generis*.

O **INES**, desde sua criação, vem lidando com o tema da barreira linguística e de sua superação, tem sua sede no bairro das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, em uma edificação datada do final do século dezenove e em processo para tombamento definitivo como patrimônio cultural do Estado do Rio de Janeiro pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro - INEPAC (Processo nº E-18/001.553/98, com tombamento provisório em 09/12/1998). O Instituto, depois de ter diferentes sedes, instalou-se no endereço atual em 1881.

Seu edifício principal foi concebido pelo arquiteto francês Gustav Lully, em estilo eclético, com aspectos do renascimento francês, e sua construção foi concluída em 1915; posteriormente, o conjunto veio a ser ampliado. Hoje, quaisquer propostas de intervenção de ordem arquitetônica ou urbanística, inclusive as de acessibilidade, devem ser submetidas à análise e ao parecer do INEPAC.

No prédio principal, funcionam:

- a Direção Geral;
- os Departamentos que compõem a estrutura regimental do INES;
- as séries finais do Ensino Fundamental, o Ensino Médio, a Educação de Jovens e Adultos do Colégio de Aplicação;
- o Curso de LIBRAS, aberto à comunidade;
- a Biblioteca, provisoriamente, até conclusão de reforma arquitetônica em curso.

Nas construções anexas, funcionam:

- a Biblioteca;
- o setor de Educação Infantil e o primeiro segmento do Ensino Fundamental do Colégio de Aplicação;
- o Ginásio de Esportes;
- a Divisão de Audiologia;
- o Centro de Atendimento Alternativo Florescer;
- a Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional;
- o Departamento de Ensino Superior, em prédio próprio.

O **INES** recebe cotidianamente um público variado em suas dependências:

- Professores da Educação Básica e do Ensino Superior, surdos e não-surdos;
- Alunos surdos (cerca de seiscentas crianças, jovens e adultos, da Estimulação Precoce à Pós-Graduação) e/ou surdos com outras condições associadas (surdocegueira; deficiência física; autismo; paralisia cerebral; síndromes, etc.);
- Alunos adultos não-surdos na Graduação e na Pós-Graduação;
- Servidores do quadro técnico-administrativo surdos e não-surdos;
- Pessoas não-surdas da comunidade que frequentam os cursos de LIBRAS;
- Pessoas surdas da comunidade que fazem cursos livres voltados à preparação para o trabalho e para a geração de renda;
- Mães, pais e responsáveis pelas crianças que frequentam o Colégio ou que são atendidas em exames clínicos abertos à comunidade para diagnóstico em saúde auditiva;
- Pessoas idosas, incluindo servidores aposentados e público externo (avós de alunos do Colégio e pessoas da comunidade em busca de exames audiológicos);
- Estagiários de instituições de ensino superior com as quais o INES mantém convênio;
- Participantes surdos e não-surdos de eventos abertos promovidos pelo Instituto;
- Visitantes do Brasil e do exterior, surdos e não-surdos.

2. OBJETIVOS

Os objetivos do presente Projeto de Autoavaliação Institucional são os seguintes:

- apresentar as linhas norteadoras para que seja estabelecido o processo de autoavaliação institucional do Instituto Nacional de Educação de Surdos - **INES**;
- estabelecer o processo de autoavaliação do **INES** tendo como referência a legislação vigente para a educação superior;
- esclarecer que o Processo de Autoavaliação Institucional é campo de atuação da Comissão Própria de Avaliação – CPA – do **INES**.

3. FUNDAMENTOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional foi regulamentada através de legislação específica do **MEC** para este fim, visando promover a constante revisão da qualidade da educação superior e o aprimoramento da qualidade acadêmico-institucional, bem como do relacionamento da instituição de educação superior com a sociedade.

A legislação básica que fundamenta a avaliação institucional é a seguinte:

- 1) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- 2) Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e as atribuições da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES;
- 3) Portaria MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004, que regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

4. ETAPAS AVALIATIVAS INSTITUCIONAIS

Segundo as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e a legislação que fundamenta os princípios da avaliação institucional, a fim de melhorar sempre a qualidade da educação superior, as etapas da avaliação institucional são as seguintes:

- 1) autoavaliação – executada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA; e
- 2) avaliação externa – executada por comissões designadas pelo INEP.

Para compor a avaliação externa da instituição é considerado um conjunto de avaliações, a saber:

- análises dos relatórios das autoavaliações;
- avaliação do desempenho discente – realizada pelo Exame Nacional de Avaliação e Desempenho dos Estudantes (ENADE);
- avaliação dos cursos de graduação – realizada por comissões designadas pelo INEP através de visita *in loco*.

5. CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

No âmbito da Educação Superior, o INES seguirá passos instituídos publicamente como referência para seus processos de avaliação: interno e externo. Nesta direção, constituir uma **Comissão Própria de Avaliação – CPA** – para proceder os trâmites avaliativos se faz mister.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) do **INES** deverá ser constituída por ato do dirigente máximo da instituição, sendo assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade e da sociedade civil organizada, estando vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos. Deste modo, a CPA do INES estará composta pelos seguintes membros:

- dois representantes do Corpo Discente
- dois representantes do Corpo Docente
- dois representantes do Corpo Técnico-Administrativo
- dois representantes da Sociedade Civil (membros da comunidade externa)

É importante ressaltar, no entanto, que a presente composição poderá ser alterada, segundo o interesse da comunidade institucional em participar, evitando-se a maioria absoluta de um dos segmentos, conforme preconiza a legislação.

A nomeação dos membros da CPA deverá ser feita através de Portaria específica para este fim, devidamente outorgada pela Direção Geral do **INES**, conforme as diretrizes apresentadas no Artigo 11 da Lei nº 10.861/2004, já que este é o parâmetro utilizado pelo Instituto como referência para embasar suas ações voltadas à Educação Superior.

Assim sendo, a CPA do **INES** atuará de modo autônomo em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes no Departamento de Ensino Superior (DESU), conduzindo os processos de avaliação internos, sistematizando e prestando informações solicitadas pelo INEP.

No **INES**, os membros da CPA terão mandato de dois anos, admitida a recondução, se for o caso.

6. PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DA CPA

A escolha dos membros da CPA deverá ocorrer por voto direto para os membros da comunidade interna e por vontade própria para inserção do membro da comunidade externa

(Sociedade Civil Organizada) que, preferencialmente, não terá vínculo de parentesco com pessoas da comunidade interna e pertencerá ao entorno do **INES**, independente de sua atuação profissional e desde que seja maior de idade.

Caso haja mais de uma pessoa da comunidade externa interessada em participar da CPA, não haverá impedimento de participação se houver anuência dos demais membros, desde que haja equivalência de representações dos vários grupos da comunidade interna, conforme preconiza a legislação.

Caso haja exoneração de algum dos membros da CPA, a substituição deverá ser feita através da indicação do grupo ao qual pertencia o membro exonerado e, obviamente, de aceitação por parte da pessoa indicada. Nesse contexto, nova Portaria de nomeação deverá ser emitida pela Direção Geral do **INES**.

7. COMPETÊNCIAS DA CPA

A Comissão Própria de Avaliação – CPA – terá as seguintes competências:

- sensibilizar a comunidade interna para a importância da autoavaliação institucional;
- escolher a metodologia da aplicação de uma avaliação institucional voltada para o **INES**;
- avaliar o **INES** de forma global, tendo em vista o permanente aperfeiçoamento das atividades fim e meio, bem como sua integração;
- avaliar a qualidade do processo pedagógico;
- apresentar à comunidade interna, convidando a comunidade externa para os momentos de apresentação, os resultados das avaliações do **INES**;
- manter os relatórios da CPA disponíveis no site do **INES**;
- identificar prioridades face às diferentes realidades;
- observar a importância da autoavaliação à luz da missão do **INES**;
- elaborar e inserir no sistema e-MEC os Relatórios de avaliação interna;
- manter a Direção do Departamento de Ensino Superior (DESU) e a Direção Geral do **INES** informadas de todos os procedimentos adotados em prol da Autoavaliação Institucional;
- elaborar atas de todas as suas reuniões ordinárias e extraordinárias.

8. DIMENSÕES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Artigo 3º da Lei nº 10.861/2004 esclarece as dimensões institucionais que devem fazer parte do processo de avaliação:

Art. 3º. A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação [sic] institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

De acordo com as perspectivas do SINAES, a Autoavaliação Institucional do INES deverá ser sempre apoiada pelos princípios de integração e continuidade.

Dentre os vários aspectos cruciais que fazem parte do processo de avaliação institucional, conforme indicados na Lei nº 10.861/2004, é importante destacar duas

perspectivas que antes da Lei não tinham o merecido destaque nos processos de avaliação:

1ª) responsabilidade social da instituição:

- estabelecimento de estreitas relações com o mercado de trabalho e com variadas instituições culturais e sociais;
- trabalho com diversidade de conhecimentos e reflexão sobre a importância social das ações do INES, incluindo o desenvolvimento de atividades de caráter científico, técnico e cultural, para o desenvolvimento social como um todo;
- preservação e defesa constante do espírito democrático e do exercício da cidadania, conscientização da importância de defesa do meio ambiente, além do desenvolvimento de atividades voltadas aos grupos sociais excluídos, desenvolvendo ações de políticas de ação afirmativa.

2ª) comunicação com a sociedade:

- escolha de estratégias e variedade das comunicações interna e externa;
- reflexão sobre a visão pública que a instituição possui na sociedade.

Portanto, a partir do processo de autoavaliação, o **INES** poderá repensar os objetivos institucionais, os modos de atuação e os resultados na perspectiva de harmonizar-se com o momento histórico em que se insere, tornando-se, cada vez mais, capaz de responder às modificações estruturais da sociedade brasileira.

Além desses aspectos, o **INES** também poderá estudar, propor e implementar mudanças das atividades acadêmicas do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, contribuindo para a formação de projetos pedagógicos institucionais socialmente legitimados e relevantes.

Considerando a importância do engajamento dos vários grupos que compõem a instituição nos processos de avaliação institucional, deverão ser realizados vários seminários, debates e reuniões que tenham o objetivo de *sensibilizar a comunidade acadêmica* do **INES** sobre a importância da Autoavaliação Institucional.

9. METODOLOGIA

9.1- RELAÇÃO TIPO DE PESQUISA<>AVALIAÇÃO

Não se pretende, neste projeto, o desenvolvimento de determinado tipo de pesquisa em detrimento de outro. No caso, é importante apenas situar a característica de cunho científico que a Autoavaliação Institucional possui, considerando, especialmente, seu caráter investigativo no âmbito educacional.

Assim, pode-se afirmar que a autoavaliação é uma constante pesquisa institucional, uma vez que estará sempre voltada para a análise oriunda de um processo de investigação e de interpretação. Nesse sentido, o ato de conhecer a realidade institucional não ocorre no “vazio intelectual, teórico ou prático” (BARROS e LEHFELD, 2002, p.29). Por isso, a Autoavaliação Institucional assume as seguintes perspectivas quanto ao tipo de pesquisa:

- **Pesquisa *ex post facto*** – quando se investiga fenômenos já acontecidos.
- **Pesquisa-ação** – visa solucionar um problema de uma comunidade; uma pesquisa que estabelece estreita ligação com as ações ou as resoluções de problemas coletivos e nos quais os próprios participantes estão envolvidos (BARROS e LEHFELD, 2002; CARRANCHO, 2005).

9.2 - INSTRUMENTOS PARA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Autoavaliação Institucional deverá ter por base, a princípio, os seguintes tipos de instrumentos:

1) Questionário Socioeconômico e Cultural

Esse questionário deverá ser parte do formulário de inscrição do Vestibular, trazendo informações sobre o perfil do futuro corpo discente (e.g., estado civil, renda mensal, atividade trabalhista).

2) Autoavaliação do Corpo Discente

Esse relatório deverá ser submetido ao Corpo Discente do DESU/INES, objetivando a avaliação do desenvolvimento pedagógico, do desempenho dos/das Docentes, do trabalho das Coordenações de Curso e do Corpo Técnico-Administrativo, além de avaliação sobre os aspectos que compõem a infraestrutura.

3) Autoavaliação do Corpo Docente

Essa autoavaliação deverá ser realizada pelo Corpo Docente do DESU/INES, para que o grupo possa refletir sobre sua metodologia, sua didática, sua postura ético-profissional e sobre as relações com a instituição, além de avaliação sobre os aspectos que compõem a infraestrutura.

4) Autoavaliação do Corpo Técnico-Administrativo

Essa autoavaliação deverá ser realizada pelo Corpo Técnico-Administrativo do DESU/INES, para reflexão sobre seu trabalho à luz do trabalho docente, das relações com os discentes e com a instituição. De forma igual aos demais integrantes da comunidade interna, o Corpo Técnico-Administrativo deverá avaliar os aspectos que compõem a infraestrutura.

Obviamente, outros tipos de instrumentos poderão ser formulados pela CPA, segundo a necessidade de ampliação ou aprofundamento da autoavaliação. No entanto, todos os instrumentos deverão mesclar questões objetivas e espaços para análises discursivas (e.g., comentários, sugestões, complementações de respostas).

Todos os instrumentos são anexos a este projeto.

9.3 - FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Em caráter extremamente sumário, o presente projeto apresenta algumas perspectivas teóricas que poderão ser muito úteis na fundamentação metodológica do processo de autoavaliação.

O fundamento da Autoavaliação Institucional a ser desenvolvido no INES é o de uma avaliação responsiva (PARLETT, 1990). Essa abordagem avaliativa informa os resultados aos que tomam decisões, apresentando um retrato da situação estudada. A vantagem desse tipo de avaliação é o fato de oferecer um sistema de fácil compreensão pelas diversas pessoas que trabalham ou estudam na instituição, de forma que consigam atuar prontamente à luz dos problemas detectados.

Um outro aspecto importante da autoavaliação é que um instrumento composto exclusivamente de questões discursivas pode ocasionar a perda de um número considerável de avaliadores, porque terminam por perder o interesse no instrumento de avaliação. Obviamente, o ideal seria que todas as respostas das avaliações fossem discursivas e que não fossem esquecidos detalhes no momento de avaliar um determinado aspecto, mas nem sempre isso é possível.

Entretanto, as respostas objetivas de múltipla escolha ganham uma importância fundamental no processo de autoavaliação e, para analisá-las, a Escala de Likert é a mais indicada.

A Escala de Likert, criada pelo educador e psicólogo Rensis Likert (1903-1981), é bastante utilizada em pesquisa educacional, especialmente por ele ter sido um defensor das organizações centralizadas nos funcionários em lugar das antigas visões de organizações centralizadas exclusivamente nas chefias. A vantagem da utilização dessa escala é a obtenção mais rápida dos resultados, conforme será abordada a seguir.

9.4 – COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Os instrumentos de avaliação deverão ser aplicados ao final de cada semestre letivo.

Para a análise das respostas objetivas de múltipla escolha, a Escala de Likert é apropriada por oferecer uma escala de medidas/respostas gradativas de ocorrência ou de apreciação geral ou de grau de satisfação ou de grau de importância. Por isso, as opções das questões objetivas de múltipla escolha possuem três alternativas: ótimo(a), regular, ruim.

As informações/respostas objetivas de múltipla escolha deverão ser tabuladas em percentuais. Todos esses percentuais serão apresentados em ficha-síntese e encaminhados aos diversos setores do **INES** (e.g., secretaria, coordenações, docentes, direções), segundo a natureza da avaliação.

As respostas discursivas caracterizadas pela expressão “comentários e sugestões”, por sua vez, deverão ser transcritas em um documento-síntese de apresentação dos resultados quantitativos, uma vez que os aspectos discursivos – qualitativos – existirão para complementar os dados quantitativos.

10. DIVULGAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Após os trâmites dos processos de autoavaliação de todos os segmentos, a CPA deverá elaborar **relatórios anuais**, utilizando-se de linguagem clara, objetiva, de forma que seja defendida a compreensão por parte de toda a comunidade institucional e externa, conforme orienta o **MEC**. Então, os **Relatórios** deverão apresentar:

- ações planejadas e ações realizadas à luz dos aspectos que demandam revisão e das requisições da comunidade institucional;

- aspectos positivos (potencialidades);
- aspectos que demandam revisão (fragilidades);
- requisições da comunidade institucional.

É responsabilidade da CPA apresentar os resultados da autoavaliação à comunidade interna, convidando a comunidade externa para igualmente compartilhar esse momento de apresentação. Para este fim, além da divulgação dos resultados por meio do site do **INES**, a CPA organizará, junto à Direção do DESU, uma apresentação anual de divulgação a ser realizada logo após o término de elaboração do relatório de autoavaliação, de forma que sejam possíveis, se for o caso, novas ações das comunidades interna e externa no início do ano letivo seguinte, em função dos resultados.

Os resultados da avaliação serão também analisados pela CPA junto à gestão do Departamento de Ensino Superior – DESU - com vistas à superação dos problemas enfrentados: no tocante ao trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula (a formação dos docentes na educação de surdos; a formação de toda a comunidade em Libras; a revisão do currículo; revisão de estratégias pedagógicas); à organização técnico-administrativa (atendimento da comunidade; relações intersetoriais no **INES**) e à infraestrutura (mudanças na estrutura física e nos equipamentos).

É importante registrar que todas as avaliações deverão ser sempre encaminhadas aos segmentos competentes da estrutura institucional. Nesse sentido, a autoavaliação representa uma das formas de estabelecer a cultura de debate, revisão e reflexão na comunidade acadêmica. Assim, a consolidação dessa cultura tem o potencial de levar o **INES** a, no mínimo, três cruciais resultados institucionais:

- aperfeiçoamento do Corpo Discente, do Corpo Docente e do Corpo Técnico-Administrativo;
- aprimoramento institucional, porque estarão envolvidos todos os segmentos institucionais num constante processo de reflexão e auto-discernimento institucional;
- consolidação da autoavaliação como um relevante mecanismo, com o qual a comunidade interna possa se identificar e se comprometer.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o processo de Autoavaliação Institucional do **INES** deverá sempre ser pautado no compromisso com a ética. A confiança da seriedade e do compromisso que devem permear esse processo é o que poderá garantir a participação efetiva dos agentes institucionais.

A implantação da Autoavaliação Institucional do **INES** aponta para o desenvolvimento da cultura avaliativa de caráter permanente e crítica, visando a melhoria acadêmico-administrativa, e voltando atenção especial às ações de expansão qualitativa do ensino, da pesquisa, da extensão e dos serviços que a instituição pode oferecer à sociedade.

REFERÊNCIAS

BARROS, A.J.; LEHFELD, N.A. *Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. *Diário Oficial da União*, nº 72, 15/04/2004, seção 1, p. 3-4, 2004.

CARRANCHO, A. *Metodologia da Pesquisa aplicada à educação*. Rio de Janeiro: Waldyr Lima Editora, 2005.

PARLETT, M.R. Illuminative evaluation. In WALBERG, H.L. *The International Encyclopedia of Educational Evaluation*. Oxford: Pergamon Press, 1990.

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO E CULTURAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR (DESU)
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

1) Estado civil:

Solteiro(a) Casado(a) Outros

2) Em que ano você concluiu (ou concluirá) o Ensino Médio ou equivalente?

Em 2014 Em 2013 Em 2012 Em 2011 Anterior a 2010

3) Em que tipo de escola você cursou, integralmente ou em sua maior parte, o Ensino Médio ou equivalente?

Escola Pública Federal
 Escola Pública Estadual
 Escola Pública Municipal
 Escola Particular

4) Você trabalha em alguma atividade remunerada?

Não.
 Sim, mas é trabalho eventual.
 Sim, até 40 horas semanais.
 Sim, acima de 40 horas semanais.

5) Qual a fonte de informações que você mais utiliza?

Internet Jornal escrito Revistas Telejornal Outras fontes

6) A qual atividade abaixo você mais se dedica?

Cinema
 Música
 Esporte
 Dança
 Teatro
 Internet
 Literatura
 Outros

7) Na escolha do curso, qual foi sua prioridade?

Horário adequado.
 Já atua na área.
 Prestígio social da profissão.
 Desejo simplesmente ampliar conhecimentos.
 Mercado de trabalho promissor.
 Único curso acessível.

8) Como tomou conhecimento do Processo Seletivo do INES?

Alunos do INES
 Funcionários do INES
 Professores do INES
 Internet
 Outros

9) Qual a renda mensal líquida de seu grupo familiar em salários mínimos?

Abaixo de 01
 De 01 a 02
 De 02 a 05
 De 05 a 10
 De 10 a 15
 De 15 a 20
 Acima de 20

ANEXO 2 – AUTOAVALIAÇÃO DO CORPO DISCENTE

(Versão sem os espaços que existirão para as respostas discursivas: comentários e sugestões.)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR (DESU)
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

Autoavaliação do Corpo Discente

Car@ Alun@,

A avaliação educacional é um processo cooperativo do qual participam professores, alunos, gestores, funcionários etc. Sua principal finalidade é fornecer informações que permitam aos agentes do processo educativo decidir sobre intervenções e redirecionamentos que se fizerem necessários em face do projeto definido. Tal processo compreende a avaliação da organização didático-pedagógica, do corpo docente e técnico-administrativo e das instalações físicas da instituição de ensino em foco.

Os resultados de todos os questionários mencionados integrarão um conjunto de procedimentos regulares que constituem o projeto de auto avaliação do curso, como recomendado pelo art. 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pelo INEP/MEC. A esse respeito, o manual de avaliação dos cursos superiores do INEP (2002, p. 30) recomenda que exista em cada curso superior um projeto de auto avaliação que se consolide num sistema que funcione regularmente, tendo os seus resultados aplicados no aperfeiçoamento do curso.

Então, sua opinião é muito importante nesta avaliação. Portanto, responda com muito cuidado às questões apresentadas a seguir.

I – Corpo docente e organização didático-pedagógica.

A) Com relação ao trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula:

- 1- Como você avalia a relação professor/aluno? () ótima () regular () ruim
1.1-Comentários e sugestões:
2- Como você avalia a atuação dos professores? () ótima () regular () ruim
2.1-Comentários e sugestões:
3- Como você avalia a relação aluno<>intérprete? () ótima () regular () ruim
4- Como avalia a atuação dos intérpretes? () ótima () regular () ruim
4.1- Comentários e sugestões:
5- Como você avalia a forma como são realizadas as avaliações e/ou provas? () ótima () regular () ruim
5.1-Comentários e sugestões:
6- Como você avalia a relação entre os alunos? () ótima () regular () ruim
6.1-Comentários e sugestões:
7- Como você avalia a relação entre professores e intérpretes? () ótima () regular () ruim
7.1-Comentários e sugestões:
8- Como você avaliaria o conteúdo ministrado em sala de aula? () ótimo () regular () ruim
8.1-Comentários e sugestões:
9- Como você avaliaria a disponibilização de programas das disciplinas, cronogramas e bibliografia por parte dos professores? () ótima () regular () ruim
9.1-Comentários e sugestões:

B) Com relação ao curso de Pedagogia:

- 1- Você conhece o currículo do curso?
2- Está satisfeito com o currículo de curso?
3- O curso atende às suas expectativas?
4- Você tem dificuldade para acompanhar o curso? Quais?

II - Organização técnico-administrativa do DESU:

- 1- Como você avalia o atendimento administrativo dado aos alunos? () ótimo () regular () ruim
1.1-Comentários e sugestões:
2- Como você avalia a relação alunos<> direção do DESU? () ótima () regular () ruim
2.1-Comentários e sugestões:
3- Como você avalia a atuação da direção do DESU? () ótima () regular () ruim

3.1-Comentários e sugestões:

4- Como você avalia a relação entre alunos<>coord. do DESU (COADA e COPED)? () ótima () regular () ruim

4.1-Comentários e sugestões:

5- Como você avalia a atuação das coord. do DESU (COADA e COPED)? () ótima () regular () ruim

5.1-Comentários e sugestões:

6- Como você avalia a relação entre alunos<>divisões do DESU (DIRA e DIASE)? () ótima () regular () ruim

6.1-Comentários e sugestões:

7- Como você avalia a relação do DESU com outros setores do INES? () ótima () regular () ruim

7.1-Comentários e sugestões:

III – Infraestrutura:

Assinale com um **X** a resposta que melhor representa sua opinião.

ESTRUTURA / CONCEITO	ÓTIMA	REGULAR	RUIM
Salas de Aula			
Sala de Estudos/Pesquisa			
Sala das Coordenações (COADA e COPED)			
Laboratório de Informática			
Secretaria Acadêmica (DIRA)			
Laboratório de Ensino			
Laboratório de Informática			
Auditório do INES			
Auditório do DESU			
Área externa - Quiosques			
Manutenção Hidráulica			
Manutenção Elétrica			
Biblioteca Setorial DESU			
Banheiros			
Limpeza			
Segurança			
Recursos: Softwares (instalados nos computadores)			
<i>datashow</i>			
computadores			
Rede (comunicação por rede: wireless, cabeada, bluethooth)			
Periféricos (impressoras, scanners, webcams, mesa digitalizadora, outros)			

1 – Como você avalia a comunicação do INES com a sociedade? () ótima () regular () ruim

2 – Como você avalia o site do INES? () ótimo () regular () ruim

3 – Como você avalia o site do DESU/INES? () ótimo () regular () ruim

Comentários:

ANEXO 3 – AUTOAVALIAÇÃO DO CORPO DOCENTE

(Versão sem os espaços que existirão para as respostas discursivas: comentários e sugestões.)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR (DESU)
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

Autoavaliação do Corpo Docente

Car@ Docente,

A avaliação educacional é um processo cooperativo do qual participam professores, alunos, gestores, funcionários etc. Sua principal finalidade é fornecer informações que permitam aos agentes do processo educativo decidir sobre intervenções e redirecionamentos que se fizerem necessários em face do projeto definido. Tal processo compreende a avaliação da organização didático-pedagógica, do corpo docente e técnico-administrativo e das instalações físicas da instituição de ensino em foco.

Os resultados de todos de todas as questões dessa autoavaliação integrarão um conjunto de procedimentos regulares que constituem o projeto de autoavaliação do curso, como recomendado pelo art. 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pelo INEP/MEC. A esse respeito, o manual de avaliação dos cursos superiores do INEP (2002, p. 30) recomenda que exista em cada curso superior um projeto de autoavaliação que se consolide num sistema que funcione regularmente, tendo os seus resultados aplicados no aperfeiçoamento do curso.

Então, sua opinião é muito importante nesta avaliação. Portanto, responda com muito cuidado às questões apresentadas a seguir.

I – Corpo docente e organização didático-pedagógica:

A) com relação ao trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula:

- 1- Como você avalia sua atuação em sala de aula? () ótima () regular () ruim
- 1.1-Comentários e sugestões:
- 2- Como você avalia a sua relação com os alunos? () ótima () regular () ruim
- 2.1-Comentários e sugestões:
- 3- Como você avalia a sua relação com os intérpretes? () ótima () regular () ruim
- 3.1-Comentários e sugestões:
- 4- Como você avalia a atuação dos intérpretes? () ótima () regular () ruim
- 4.1-Comentários e sugestões:
- 5- Como você avalia a forma como são realizadas as avaliações e/ou provas? () ótima () regular () ruim
- 5.1-Comentários e sugestões:

B) com relação ao curso de pedagogia:

- 1- Você conhece o currículo do nosso curso?
- 2- está satisfeito com o currículo de nosso curso?
- 1.1 - Comentários e sugestões:

II - Organização técnico-administrativa do DESU:

- 1- Como você avalia a relação professor <> direção do DESU? () ótima () regular () ruim
- 1.1-Comentários e sugestões:
- 2- Como você avalia a atuação da direção do DESU? () ótima () regular () ruim
- 2.1-Comentários e sugestões:
- 3- Como você avalia a relação entre professor e coordenações do DESU (COADA e COPED)? () ótima () regular () ruim
- 3.1-Comentários e sugestões:
- 4- Como você avalia a atuação das coordenações do DESU (COADA e COPED)? () ótima () regular () ruim
- 4.1-Comentários e sugestões:
- 5- Como você avalia a relação professor e divisões do DESU (DIRA e DIASE)? () ótima () regular () ruim

5.1-Comentários e sugestões:

6- Como você avalia a relação do DESU com outros setores do INES? () ótima () regular () ruim

6.1-Comentários e sugestões:

7- Como você avalia a sua relação com outros setores do INES? () ótima () regular () ruim

7.1-Comentários e sugestões:

III – Infraestrutura:

Assinale com um X a resposta que melhor representa sua opinião.

ESTRUTURA / CONCEITO	ÓTIMA	REGULAR	RUIM
Salas de Aula			
Sala de Estudos/Pesquisa			
Sala das Coordenações (COADA e COPED)			
Laboratório de Informática			
Secretaria Acadêmica (DIRA)			
Laboratório de Ensino			
Laboratório de Informática			
Auditório do INES			
Auditório do DESU			
Área externa - Quiosques			
Manutenção Hidráulica			
Manutenção Elétrica			
Biblioteca Setorial DESU			
Banheiros			
Limpeza			
Segurança			
Recursos: Softwares (instalados nos computadores)			
<i>datashow</i>			
computadores			
Rede (comunicação por rede: wireless, cabeada, bluetooth)			
Periféricos (impressoras, scanners, webcams, mesa digitalizadora, outros)			

1 – Como você avalia a comunicação do INES com a sociedade? () ótima () regular () ruim

2 – Como você avalia o site do INES? () ótimo () regular () ruim

3 – Como você avalia o site do DESU/INES? () ótimo () regular () ruim

Comentários:

ANEXO 4 – AUTOAVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

(Versão sem os espaços que existirão para as respostas discursivas: comentários e sugestões.)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR (DESU)
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

Autoavaliação do Corpo Técnico-Administrativo

Car@ Técnico-Administrativ@,

A avaliação educacional é um processo cooperativo do qual participam professores, alunos, gestores, funcionários etc. Sua principal finalidade é fornecer informações que permitam aos agentes do processo educativo decidir sobre intervenções e redirecionamentos que se fizerem necessários em face do projeto definido. Tal processo compreende a avaliação da organização didático-pedagógica, do corpo docente e técnico-administrativo e das instalações físicas da instituição de ensino em foco.

Os resultados de todos os questionários mencionados integrarão um conjunto de procedimentos regulares que constituem o projeto de autoavaliação do curso, como recomendado pelo art. 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pelo INEP/MEC. A esse respeito, o manual de avaliação dos cursos superiores do INEP (2002, p. 30) recomenda que exista em cada curso superior um projeto de autoavaliação que se consolide num sistema que funcione regularmente, tendo os seus resultados aplicados no aperfeiçoamento do curso.

Então, sua opinião é muíto importante nesta avaliação. Portanto, responda com muito cuidado às questões apresentadas a seguir.

I – Corpo docente e organização didático-pedagógica:

A) com relação ao trabalho desenvolvido:

1- Como você avalia sua atuação profissional? () ótima () regular () ruim

1.1-Comentários e sugestões:

2- Caso ocorra, como você avalia a sua relação com os alunos? () ótima () regular () ruim

2.1-Comentários e sugestões:

B) com relação ao curso de pedagogia:

1- Você conhece o currículo do nosso curso?

2- Está satisfeito com o currículo de nosso curso?

2.1 - Comentários e sugestões:

II - Organização técnico-administrativa do DESU:

1- Como você avalia sua relação com a direção do DESU? () ótima () regular () ruim

1.1-Comentários e sugestões:

2- Como você avalia a atuação da direção do DESU? () ótima () regular () ruim

2.1-Comentários e sugestões:

3- Como você avalia a relação entre sua esfera de atuação e as coordenações do DESU (COADA e COPED)?

() ótima () regular () ruim

3.1-Comentários e sugestões:

4- Como você avalia a atuação das coordenações do DESU (COADA e COPED)? () ótima () regular () ruim

4.1-Comentários e sugestões:

5- Caso ocorra, como você avalia a relação entre sua esfera de atuação e as divisões do DESU (DIRA e DIASE)?

() ótima () regular () ruim

5.1-Comentários e sugestões:

6- Como você avalia a relação do DESU com outros setores do INES? () ótima () regular () ruim

6.1-Comentários e sugestões:

7- Como você avalia a sua relação com outros setores do INES? () ótima () regular () ruim

7.1-Comentários e sugestões:

III – Infraestrutura:

Assinale com um X a resposta que melhor representa sua opinião.

ESTRUTURA / CONCEITO	ÓTIMA	REGULAR	RUIM
Salas de Aula			
Sala de Estudos/Pesquisa			
Sala das Coordenações (COADA e COPED)			
Laboratório de Informática			
Secretaria Acadêmica (DIRA)			
Laboratório de Ensino			
Laboratório de Informática			
Auditório do INES			
Auditório do DESU			
Área externa - Quiosques			
() Manutenção Hidráulica			
Manutenção Elétrica			
Biblioteca Setorial DESU			
Banheiros			
Limpeza			
Segurança			
Recursos: Softwares (instalados nos computadores)			
datashow			
computadores			
Rede (comunicação por rede: wireless, cabeada, buethooth)			
Periféricos (impressoras, scanners, webcams, mesa digitalizadora, outros)			

1. Como você avalia a comunicação do INES com a sociedade? () ótima () regular () ruim
2. Como você avalia o site do INES? () ótimo () regular () ruim
3. Como você avalia o site do DESU/INES? () ótimo () regular () ruim

Comentários: